

Assento de of. n.º 21/98-6P
S. Vicente 3/2/98



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 193

Cria a Junta de Recursos Fiscais, dá nova redação ao artigo 138, revoga os artigos 136, 139, 140, 141, 142 e 143 da Lei nº 1745, de 29 de setembro de 1977 - CTM e dá outras providências.
Proc. nº 18117/97

MÁRCIO FRANÇA, Prefeito do Município de São Vicente, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criada, junto à Secretaria da Fazenda do Município, a Junta de Recursos Fiscais - JRF, com a seguinte competência:

- a) julgar, em segunda instância, recursos voluntários e recursos "ex-officio" sobre decisões em matéria de tributos municipais e multas por infrações a leis e regulamentos e quaisquer outros facultados por leis especiais;
- b) elaborar e modificar seu Regimento Interno;
- c) representar ao Secretário da Fazenda, sugerindo medidas que visem ao aperfeiçoamento do sistema tributário do Município.

Art. 2º - A JRF não tomará conhecimento de pedido originário, e o encaminhará à Secretaria competente, para normal tramitação.

Parágrafo único - A competência para decidir originalmente os recursos será do Secretário da pasta correspondente ao tributo e/ou multa objeto da reclamação.

Art. 3º - A JRF será constituída por 07 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, sendo 05 (cinco) representantes do Poder Executivo, entre os servidores municipais lotados nas Secretarias da Fazenda, dos Negócios Jurídicos, de Comércio, Indústria e Abastecimento,

23/98 - Paul
Muc. 365/92



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 193

fl.2

de Obras e Meio Ambiente e da Saúde, indicados pelos respectivos Secretários, e 02 (dois) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um) da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de São Vicente - ACIASV e 01 (um) da Associação de Empresas de Serviços Contábeis de São Vicente - ASECONSV.

§ 1º - O Prefeito designará os componentes da Junta e o seu Presidente, que terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º - Os representantes da sociedade civil, titulares e suplentes, serão indicados em lista tríplice encaminhada ao Prefeito pelas entidades mencionadas no "caput".

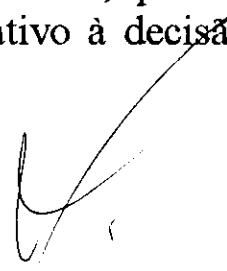
Art. 4º - O Presidente designará entre seus pares um Secretário e um Relator.

Art. 5º - O Prefeito, por solicitação da Junta, colocará à sua disposição os servidores necessários à execução dos serviços de expediente.

Art. 6º - Da decisão contrária ao contribuinte, proferida originalmente nos processos de reclamação em matéria fiscal, cabe recurso à JRF, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação, sob pena de preclusão.

Art. 7º - O Recurso Fiscal será interposto por petição dirigida à JRF, contendo a qualificação do recorrente e as razões do pedido.

Parágrafo único - O Recurso será autuado junto ao Protocolo Geral, com prioridade, para posterior e urgente anexação ao processo ou expediente relativo à decisão recorrida, e a imediata remessa para a JRF.





Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 193

fl.3

Art. 8º - Das decisões da JRF, contrárias ao contribuinte, por maioria de votos, caberá Pedido de Reconsideração, sendo irrecorríveis as decisões prolatadas por unanimidade.

Art. 9º - As sessões da JRF serão ordinárias e extraordinárias e somente serão realizadas com a presença de no mínimo 05 (cinco) membros, dentre os quais o Presidente.

Art. 10 - Aberta a sessão de julgamento, o Relator obrigatoriamente apresentará relatório, que será votado pelos demais membros da JRF.

Parágrafo único - Havendo empate, caberá a decisão ao Presidente.

Art. 11 - O parecer do Relator, quando subscrito pela unanimidade ou pela maioria dos membros, será considerado como julgado proferido pela JRF.

Parágrafo único - Os membros vencidos assinarão o julgado com essa declaração, podendo aduzir, por escrito e em separado, os motivos da discordância.

Art. 12 - Vencido o Relator, o Presidente designará um dos membros, cujo voto tenha sido vencedor, para redigir o julgado, o qual será apresentado à JRF na sessão seguinte, para conferência e assinatura.

Art. 13 - O Regimento Interno da JRF estabelecerá o seu funcionamento, as atribuições dos membros, os serviços de Secretaria, a ordem dos trabalhos nas sessões, os julgamentos dos processos e demais atos de economia interna.



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 193

fl.4

Art. 14 - Serão impedidos de participar do julgamento os membros que nele tenham interesse pessoal; em que estejam envolvidos parentes até o terceiro grau, sociedades com fins econômicos a que pertençam ou qualquer entidade de que sejam sócios, acionistas, diretores ou exerçam qualquer outro tipo de cargo.

Parágrafo único - Os membros que se encontrarem na situação prevista no “caput” deverão, de ofício, declarar-se suspeitos ou impedidos, nos termos da Lei Processual Civil.

Art. 15 - Os serviços prestados pelos membros da JRF serão considerados relevantes, anotando-se no prontuário funcional do servidor, quando se tratar de membro pertencente ao Quadro de Servidores da Prefeitura.

Art. 16 - Os servidores municipais designados para atuar como membros da JRF exercerão essas funções sem prejuízo das atribuições normais de seus cargos, exceto nos dias de sessão.

Parágrafo único - O exercício da função de membro da JRF não confere ao servidor municipal direito ou vantagem pecuniária, a qualquer título.

Art. 17 - O artigo 138 da Lei nº 1745, de 29 de setembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 138 - O recebimento do Recurso pelo Protocolo Geral e a conseqüente distribuição à JRF, não está condicionado à caução imediata.

§ 1º - O recorrente terá o prazo de 10 (dez) dias, contados da data de entrada do Recurso no Protocolo, para efetuar o depósito em dinheiro, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor principal da dívida.



Prefeitura Municipal de São Vicente

Estância Balneária

Lei Complementar n.º 193

fl.5

§ 2º - O recurso será declarado deserto e o pedido arquivado, se o preparo não for efetuado no prazo referido no parágrafo anterior.”

Art. 18 - Os prazos estabelecidos nesta Lei Complementar serão contínuos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

Art. 19 - As intimações decorrentes desta Lei Complementar serão feitas nos termos dos incisos I, II e III do art. 122 da Lei nº 1745, de 29 de setembro de 1977 - Código Tributário do Município.

Art. 20 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei Complementar no prazo de trinta dias, contados de sua publicação.

Art. 21 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 136, 139, 140, 141, 142 e 143 da Lei nº 1745/77 - Código Tributário do Município.

São Vicente, Cidade Monumento da História Pátria,
Cellula Mater da Nacionalidade, em 15 de dezembro de 1997.


MÁRCIO FRANÇA
Prefeito Municipal